

**EXCLUSIVO** OPINIÃO

# Clima e guerra como desafios da salvaguarda do nosso património

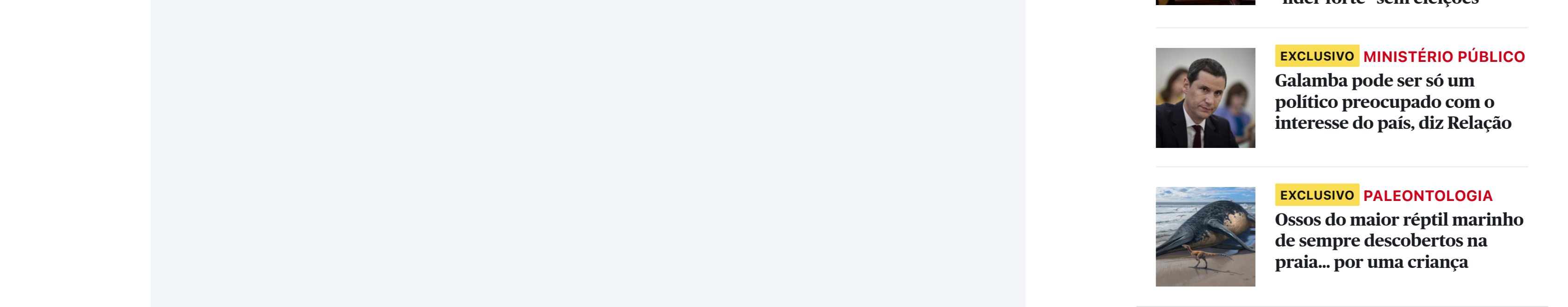
Neste Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, importa refletir sobre os novos desafios que o novo mundo conhece. Nunca é demasiado voltar à Carta de Veneza, assinada há 60 anos.

**Isabel Vaz Freitas**  
18 de Abril de 2024, 9:26 Oferecer artigo 3

Ouça este artigo 00:00 05:26

A Carta de Veneza, carta internacional para a conservação e restauro de monumentos e sítios, 60 anos depois, continua de enorme atualidade nos fundamentos da salvaguarda do património e nos princípios que a sustentam. Os seus conceitos mantêm-se inalteráveis, basilares e cruciais no pensamento da conservação do património, alargados, hoje, nos planos material e imaterial. Os seus valores continuam a ecoar, ano após ano, com a rigor e assertividade face às inúmeras necessidades e desafios que comporta a ação de salvaguarda e de preservação de bens tão marcantes nas nossas vidas.

Os conceitos definidos nesta carta, inovadores para a época, já não são novidade, mas, nem por isso, merecem ser esquecidos, superados ou substituídos; pelo contrário, merecem ser recordados, reforçados e reafirmados. O imperativo continua assente na construção de capacidades coletivas que entendam o valor da cultura e do património; de consolidação das habilidades dirigidas no caminho da eficaz e efetiva salvaguarda de bens culturais; do robustecimento de recursos e estruturas que possam dar seguimento a um caminho mais sustentável iniciado na proteção de valores culturais e patrimoniais, aceitando, hoje, novos desafios eminentes: o clima e a guerra.



Recorde-se três desses princípios, entre os muitos possíveis de serem lidos na Carta de 1964, que deram voz ao património e reforçaram as suas capacidades de resiliência.

Em primeiro lugar, de salientar as características intrínsecas de universalidade e de testemunho coletivo pleno de história e de tradições, expressas nas diferenças culturais que coexistem na globalidade. A salvaguarda do património é uma responsabilidade comum, universal, internacional, mas também nacional. Neste contexto, é prioridade o envolvimento colaborativo e participativo da sociedade na salvaguarda do património, um esforço coletivo, crucial para a obtenção de resultados assinaláveis. Uma sensibilização para todos nós que deve assentar num pensamento universal: as gerações sucedem-se, a humanidade segue um ciclo de nascimento e de morte, mas o património continua como testemunho da existência de sucessivas gerações que o foram criando e renovando.

Um segundo princípio de importância básica refere-se à dimensão patrimonial. Património é tanto a grande obra de arte como as obras com história simples, modesto, que adquiriram valor pela resiliência histórica e pela vinculação das comunidades locais. Neste contexto, o património ganha uma dimensão mais humana, mais social e passa a identificar-se com emoções e com o reconhecimento geracional que se associa ao espírito criativo e à ação transformadora das sociedades num determinado lugar.

**Património é tanto a grande obra de arte como as obras com história simples, modesto, que adquiriram valor pela resiliência histórica e pela vinculação das comunidades locais**

Por fim, saliente-se o princípio de que conservação dos monumentos importa para propósitos úteis à sociedade. Não tenhamos receio em pensar em utilidade social do património assente em mecanismos que permitam autossustentar-se, manter-se para o futuro e apoiar as pessoas que habitam no seu espaço, nos seus lugares. O desenvolvimento de ações que possam gerar receitas, proporcionar empregos e contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas, são basilares no conceito de utilidade social. Agir promovendo valores territoriais, valorizando os recursos locais e tornando a gestão patrimonial mais sustentável, é fundamental para o crescimento dos lugares e para a sua atratividade. Esses propósitos, úteis à sociedade, podem ser vistos, também, como ferramentas educacionais robustas e reais que permitam transmitir conhecimento, valores, tradições e formas de criatividade, pertencem de uma determinada comunidade, de uma determinada sociedade mais sustentável e culturalmente mais influente.

Em suma, não há dúvida do valor do nosso património. Há, sem dúvida, novos desafios a incluir no pensamento de salvaguarda: as mudanças climáticas e os seus fenómenos extremos, por vezes catastróficos, destrutivos. Vivemos na atualidade perigos e ameaças que pensávamos estarem longe, que tocariam apenas aos que vivem no outro lado do planeta. Hoje, as ameaças de fenómenos extremos e/ou de guerra destrutiva e/ou de terrorismo sem aviso estão mais próximas e são visivelmente demolidoras nas consequências de destruição e saque sem precedentes, sem consideração, sem respeito pelos seres humanos, muito menos pelo seu património cultural ou natural, levando a questionar e a duvidar da eficácia e da força de Cartas de Organismos Internacionais.

Temos evidências, casos ocorridos que salientam o desrespeito de acordos internacionais. Passamos da posição de “bem protegido e salvaguardado” à condição imperativa de adaptação a novas formas de ser e de estar, difíceis de contornar pelo inesperado que, a qualquer momento, quebra acordos instituídos. Assim são as ameaças climáticas, assim são as ameaças de guerra. Impõem-se, na salvaguarda do património uma adaptação à imensa imprevisibilidade do mundo atual.

Perante a fragilidade de quem não tem voz, é importante pensar o Dia dos Monumentos e Sítios, refletir sobre os novos desafios que o novo mundo conhece. Neste contexto, nunca é demasiado voltar aos conceitos da Carta de Veneza de 64, instituídos na coletividade e no envolvimento das comunidades locais nos processos de conservação e de salvaguarda, reconhecendo a importância de grande património, mas também de património mais modesto. Nunca é tarde para voltar a rever a colaboração e a cooperação nacional e internacional, não apenas na partilha de conhecimentos e de práticas, mas também de meios e recursos que aumentem as probabilidades de proteção face à destruição, estimular o desenvolvimento de parcerias entre países, entre organizações, envolvendo a academia, os setores público e privado.

Porque a finalidade última será a de salvaguardar o que nos dá valor, o que garante a nossa identidade.

*A autora escreve segundo o novo acordo ortográfico*

**PODCASTS** Novos e renovados, para todo o tipo de ouvidos.

**NA TERRA DOS CACOS** 4.ª FEIRA NOVO QUINZENAL. Ouça aqui

**idealista** A app imobiliária líder em Portugal

Directora do Departamento de Turismo Património e Cultura da Universidade Portucalense

Sugerir correção

**TÓPICOS**

Opinião Património História Alterações climáticas Guerra As minhas leituras

Participação cívica

Comentar

**LER MAIS**

**PATRIMÓNIO**  
Zona de protecção do Douro Património Mundial divide-se em duas

**EXCLUSIVO RELAXAR**  
Património valioso e abraços de avestruz

**EXCLUSIVO**  
Gestão Pública do Património Cultural em reforma (ou em ruína?) - Opinião de Jacinta Bugalhão

**Os leitores são a força e a vida do jornal**  
Obrigado pelo seu apoio

O contributo do PÚBLICO para a vida democrática e cívica do país reside na força da relação com os seus leitores. Quanto maior for o apoio dos leitores, maior será a nossa legitimidade e a relevância do nosso jornalismo. Apoiar o PÚBLICO é também um acto cívico, um sinal em favor na defesa de uma sociedade aberta, baseada na lei e na razão em favor de todos ou, por outras palavras, na recusa do populismo e da manipulação para privilégio de alguns.

**Obrigado por ser nosso assinante.** Convidamo-lo a conhecer melhor o Público exclusivo e as vantagens que tem por pertencer à comunidade.

Saiba mais

**EM DESTAQUE**

**EDIÇÃO IMPRESSA**  
18 de Abril de 2024

**QUEBRAMAR**

Quase metade dos portugueses apoiaria "um líder forte" sem eleições

Ver mais